



O SIGNIFICADO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

MEURER, Sabrina Patricia.¹
CARDOSO, Sandra Magda Mattei.²

RESUMO

O presente artigo objetiva compreender o significado do patrimônio histórico e cultural. Apresentando a semiótica como ferramenta para compreender a formação do significado do bem material para uma determinada localidade. Para isso o trabalho foi desenvolvido utilizando-se de uma metodologia qualitativa e bibliográfica, retomando bibliografias e publicações disponíveis sobre o assunto a ser abordado. Com isso, pode-se verificar a importância representada pelo patrimônio inserido em um lugar. Demonstrando a importância de se pensar em intervenções que levem em consideração os aspectos significantes de uma obra, tomando o cuidado para não se perder características fundamentais para o sentimento de pertencimento da comunidade ao local em que está inserida.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio histórico e cultural, Semiótica, Pierce, Arquitetura.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender a relevância representada pelo patrimônio histórico e cultural, bem como o seu processo de formação de significação para uma comunidade. Os conhecimentos a cerca do significado do patrimônio histórico servirão como base para a compreensão da importância que a arquitetura pode representar para a conservação da memória e história de uma sociedade, norteando decisões para intervenções que possam ocorrer no bem material.

O problema se ser discutido durante a pesquisa é relacionado a compreensão do que é o patrimônio e o que ele representa, buscando-se entender a processo de formação de significação representado pelo bem cultural. Nesse contexto objetiva-se apresentar a semiótica como ciência que estuda os signos associando-a ao patrimônio histórico e cultural.

Como importante meio para a exposição de conhecimentos que serão compartilhados, o artigo justifica-se devido a importância de informações que serão agregadas no meio científico e acadêmico, profissional e econômico por apresentar a relevância simbolizada por monumentos históricos tanto para a conservação das características locais como para a preservação da história da formação de um lugar, tendo como testemunho as edificações construídas pelos antepassados.

¹Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – Cascavel, PR. E-mail: sabrinameurer08@hotmail.com.

²Professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: sandramatteic@hotmail.com.



Com isso, o presente artigo aborda primeiramente o patrimônio histórico e cultural, apresentado a gênese do conceito e o processo de construção do sentido inerente ao mesmo. Apresentando a semiótica, faz-se uma relação entre a ciência dos signos com o patrimônio para compreender a importância da preservação do bem cultural, demonstrando os valores a serem tomados em consideração em projetos de intervenções e conservação.

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Segundo Funari, Pelegrini (2006) patrimônio tem sua origem relacionada com o direito da propriedade, no sentido privado e de interesses aristocráticos entre os romanos. Era uma transmissão de bens relacionados às elites, detentora de propriedades, daquilo que consideravam ser *patrimonium*. Dessa forma, a maioria dos habitantes de Roma não possuía patrimônio por não serem proprietários nem de terras nem escravos. A ideia de patrimônio coletivo só foi surgir na Idade Média com a propagação do cristianismo. A difusão da religião incorporou, além dos atributos aristocráticos, o religioso. Esse fato deu importância às relíquias e ao culto aos santos gerando um sentido às pessoas não pertencentes à elite, de um patrimônio próprio, não ficando reservado apenas aos detentores de poder (FUNARI, PELEGRINI, 2006).

O conceito atual de patrimônio surgiu na França, no século XVIII, com a Revolução Francesa quando é estabelecida uma nova ordem política, dando ao povo uma nova nação e uma percepção de nacionalidade com a difusão do idioma nacional - francês (antes falado apenas pela elite) - por meio das escolas. Assim, com o aprendizado da língua, o povo também aprendia que possuíam uma origem comum. Com a principal ferramenta para difundir o entendimento de nação, com uma origem, idioma e território, a escola foi protagonista para se promover a unificação e sentimento de pertencimento a um território, transcendendo a concepção de patrimônio privado e religioso para um patrimônio relacionado a nacionalidade (TORELLY, 2012; FUNARI, PELEGRINI, 2006).

Esse patrimônio relacionado a nacionalidade são monumentos, objetos que testemunham histórias do passado (POULOT, 2009). Varas (1999) coloca como pertencente ao patrimônio cultural todos os materiais deixados pela humanidade no decorrer da história. Esses materiais, segundo o autor, demonstram o desenvolvimento das atividades e a presença do homem em outras épocas.



Com a noção de patrimônio e o que ele representa para a humanidade, estudos mais aprofundados e filosóficos começaram então a aparecer. Segundo Choay (2001), Alois Riegl (1858-1905) faz então um trabalho reflexivo sobre o entendimento a cerca de monumento histórico. Por sua formação como jurista, historiador e filósofo Riegl estava preparado para discorrer sobre o assunto, além de contar com a experiência obtida durante a época que trabalhou como conservador de museu.

De acordo com Varas (1999, pág. 38) a reflexão feita por Alois Riegl, apresenta um pensamento sobre a percepção em relação ao monumento histórico, indicando como determinante para a preservação e restauração dos monumentos a relevância representada na sociedade em que está inserida.

No Brasil, Fonseca (2005) diz que a questão do patrimônio só começou a ser estudada, envolvendo a política e o Estado, na década de 1920. Somente a partir desse momento é que aparecem os cuidados em proteger os monumentos, artefatos dentre outros objetos e costumes deixados pelas gerações passadas.

Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378 assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, é criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em todo o território brasileiro, cabe ao IPHAN identificar, restaurar, fiscalizar e proteger os bens culturais pertencentes à nação, tendo em cada Estado uma superintendência responsável que responde pela região (IPHAN).

3. SEMIÓTICA

Para buscar compreender os significados inerentes a arquitetura, estuda-se os conceitos relacionados à semiótica. Santaella (2004, pág. 7) diz que “o nome Semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo. Semiótica é a ciência dos signos”. Esses signos estão relacionados com a linguagem – com todas as formas de linguagem – e não somente com “a língua falada”. Há, portanto, a existência da linguagem verbal e a não verbal, a primeira sendo objeto de estudo da linguística e a segunda da semiótica.

Os sistemas de signos são estudados pela semiologia levando em consideração todos os fenômenos da sociedade. Esses fenômenos, a cultura gerada pela sociedade, é considerada como um sistema de signos capazes de comunicar algo. Levando em consideração que a arquitetura não “fala”, esse tem sido um campo desafiador para o estudo dessa área. Pois, supostamente a



arquitetura não comunica, não foi feita para isso; no entanto, expressam, comunicam algo. A arquitetura nos comunica, por exemplo, quando vemos uma escada, subentende-se que se usará a mesma para subir, assim como o teto comunica como função cobrir, proteger (ECO, 2003).

Os signos na arquitetura, considerando seu espaço físico, expressam suas possíveis funções por meio de convenções (ECO, 2004). Considerando as funções na arquitetura, o autor, classifica dois tipos de funções: a primeira referindo-se a “tradição funcionalista” como andar, subir, viver junto, etc. Como segunda refere-se a classificação dada pela História das artes classificando os “valores simbólicos” da Arquitetura. Dessa forma, explica que uma catedral gótica além de apresentar a função primeira (estar junto, rezar), apresenta também a função segunda, comunicando princípios como a “elevação ao céu”, “difusão da luz como símbolo da presença divina”. Em vista disso, Nesbit (2006) e Barthes (2006) apontam que “os signos denotam funções primárias e conotam funções secundárias³”.

Pignatari (2004) relaciona o significado da arquitetura originando-se:

Do confronto entre repertório do emissor, ou de seu interpretante, corporificado na mensagem, e o repertório do receptor (confronto histórico e dialético, que permanece, mesmo depois que os emissores e receptores originais já tenham desaparecido há séculos ou milênios) que flui o significado da arquitetura. (PIGNATARI, 2004, pág. 156)

Com o entendimento sobre o conceito de semiótica, seu campo de estudo, a compreensão de que a arquitetura, desde grandes obras a pequenos jardins, pode representar uma função ou ter um significado capaz de transmitir um comunicado. Assim, para entender esse comunicado é preciso entender como ocorre o processo de significação.

3.1. A SEMIÓTICA PEIRCEANA

Charles Sender Peirce (1839-1914) é graduado em química pela Universidade de Harvard, além de química, Pierce ainda contribuiu em outras áreas como psicologia, matemática e filosofia (WANNER, 2010). Dessa forma a obra de Pierce, segundo Santaella (2004), é complexa e vasta, dedicando-se a várias áreas do conhecimento.

³ De um signo denotativo pode-se dizer que ele veicula o primeiro significado derivado do relacionamento entre um signo e seu objeto. Já o signo conotativo põe em evidência significados segundos que vêm agregar-se ao primeiro naquela mesma relação signo/objeto. Extraído de: NETTO, J. T. C. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.



Fundamentada pela fenomenologia⁴ a semiótica busca compreender como os fenômenos se retratam na mente, com isso, os estudos de Pierce o levaram a classificação do fenômeno em três categorias: “primeiridade”, “secundidade” e “terceiridade” (MELO e MELO, 2015).

A “primeiridade” Melo e Melo (2015) definem em uma palavra como o “sentir”; por Feiber (2008, pág. 52) é “o sentimento imediato das coisas e que não encontra referência nos demais fenômenos do universo”, nesse momento não apresenta uma reflexão.

A “secundidade” é definida por Melo e Melo (2015) como o “reagir”; segundo Feiber (2008) apoiando-se em comparações e referenciais, é a associação de dois fenômenos de acordo com os conhecimentos adquiridos, porém ainda sem interpretação.

A “terceiridade”, o pensar, de acordo com Melo e Melo (2015), é conforme Feiber (2008) o envolvimento de um terceiro em relação ao fenômeno, é onde encontra-se a “memória, o hábito, as situações de continuidade, de comunicação e representação”, desenvolvendo-se o processo de significação.

Pierce (2000, pág. 46) afirma que “um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém.” Volta-se para alguém, ou seja, produz na mente desse indivíduo um signo análogo ou mais avançado. A esse signo formado na mente da pessoa Pierce denomina de “interpretante do primeiro signo”. Define o signo como representante de algo, caracterizado como Objeto⁵. Essas três categorias, segundo Netto (1980) – representâmen, interpretante e objeto – formam a “relação triádica” do signo.

Na semiose, conforme Eco (2004), “[...] o estímulo é um signo que, para poder produzir a resposta, deve ser mediado por um terceiro elemento (chamemo-lo “interpretante”, “significado”, “reportação ao código”...) que permite ao signo representar seu objeto para o destinatário’.

3.2.1. Semiótica e o Patrimônio

Como visto na semiótica Peirceana, o signo representa um objeto e depende de um “interpretante” para codificar o significado representado pela materialidade do signo em relação ao objeto. Segundo Joly (2007), esse signo é composto por uma materialidade que pode ser identificada por um ou todos os sentidos (visão, olfato, paladar, tato e audição). O “representâmen”

⁴A fenomenologia, definida inicialmente por Edmund Husserl (1859-1938) como uma investigação sistemática da consciência e seus objetos. Extraído de: SCHULZ, C. N. **O fenômeno do Lugar**. In: NESBITT (org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. Trad. V. Pereira. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

⁵O objeto é aquilo que determina o signo e que o signo representa. Extraído de SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.



como sendo aquilo que “representa algo para alguém”, pode ser relacionado, de acordo com Feiber (2008), ao patrimônio que remete uma linguagem particular que será compreendida pelo “interpretante” caracterizado pelo destinatário.

Essa linguagem particular representada no patrimônio é transmitida por gerações, conservando os conhecimentos culturais característicos da história de cada localidade. Esses conhecimentos, referências conectam os indivíduos aos seus antepassados e serão, conseqüentemente, transmitidas as gerações futuras (FLORÊNCIO et al, 2016).

Essa compreensão a respeito do significado relacionado aos monumentos e bens históricos, são laços criados ao longo do tempo. Feiber (2008) diz que:

Por meio de um processo de conscientização, a memória ganha o seu sentido. Para que se possa recordar um conteúdo, é necessário que a memória não seja simplesmente compreendida como uma ação repetitiva, mas como uma interiorização dos fatos históricos pela consciência formando uma união entre a face material (exterior) e as idéias (sic) e emoções (interior) (FEIBER, 2008, pág. 47).

Esse processo de conscientização do patrimônio cultural, muitas vezes, está tão enraizado na vida das pessoas, que sentiriam dificuldade em explicar o motivo pelo qual sentiriam a falta caso perdessem aquele bem. Esse bem pode estar relacionado desde a forma como uma comida é feita, a paisagem de um bairro, ou até uma brincadeira (FLORÊNCIO et al, 2016). A formação da memória determina um papel social relevante, pois, ainda que não existam materiais escritos, ela é capaz de retratar saberes com base nos objetos marcados pelos acontecimentos (GUZZO). Memória “é a imagem viva de tempos passados ou presentes” (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, pág. 13). Os formadores do patrimônio, representados pelos bens, restituem a memória, por meio dos seus ícones, tornando possível a interação entre passado e presente, construindo uma identidade de um povo através dos conhecimentos transferidos (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008; PACHECO, 2010).

Dessa formas, a manifestação da nacionalidade é representada, de acordo com Lygia (2002), pela relevância demonstrada pelo povo ao patrimônio histórico e artístico, por meio de constituições, com o entendimento a cerca da importância representada pelo bem e zelo manifestado. Segundo a autora associações têm procurado fazer com que as sociedades, tanto as mais antigas como as mais novas, conscientizem-se a respeito do significado das heranças deixadas pelos antepassados. Ressaltando que esse significado se fortalece à medida que suas raízes são mais aprofundadas.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho é de caráter qualitativo que conforme Marconi e Lakatos (2011) preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos. Esta pesquisa pode ser classificada também, como pesquisa bibliográfica, pois segundo Marconi e Lakatos (2013) ela é realizada abrangendo toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, até meios de comunicação orais e audiovisuais, tendo por finalidade colocar o pesquisador em contato com tudo o que já foi escrito.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Formado pelos seus bens materiais e imateriais, o patrimônio histórico e cultural, é imbuído de valores simbólicos relacionados a uma comunidade, os quais foram conservados no decorrer do tempo mantendo a memória viva e materializada. Essa memória materializada é deixada pelos indivíduos que vivem em um determinado lugar, deixando marcas nesses locais a sua identidade, história, características e costumes (JOHN, 2012).

Dessa forma Feiber (2007, pág. 41) diz que “o patrimônio representa um signo que reúne, no espaço, dois aspectos, a forma material (a aparência) e um determinado conteúdo sógnico (o seu significado)”. O lugar, segundo a autora, envolve toda uma bagagem de identidade contida dentro do contexto simbólico apresentando toda experiência e conhecimentos gerados por uma comunidade.

Nesse contexto, a arquitetura, segundo Coutinho (1998), exhibe uma simbologia de sua essência representando uma relação direta entre as pessoas e a terra onde esta está edificada. Assim, representando a forma material do patrimônio histórico e cultural a arquitetura reflete, conforme Feiber (2007) a monumentalização de significação, permitindo uma ligação fixa perante uma comunidade que passa por processos de significação instáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou fazer uma abordagem teórica sobre o patrimônio histórico e cultural presente na sociedade tanto em forma material como imaterial. Nesse caso a materialidade do patrimônio foi apresentada através da arquitetura, por se tratar de edificações pertencentes a lugares



distintos testemunhando a forma como se vivia, construía e os costumes relacionados a sociedade, conservando assim significados inerentes a obra.

Esses significados ligados a arquitetura, são abordados com o estudo da semiótica sendo possível compreender a formação dos signos. A construção do significado do patrimônio pode ser compreendida por meio da teoria de Peirce, apontando três momentos de formação: primeiridade, secundidade e terceiridade. Revelando a importância do patrimônio histórico e cultural no processo de formação de identidade de uma localidade, o qual conserva suas características e costumes representados em monumentos e edificações deixados por seus antepassados.

A compreensão da relevância do patrimônio inserido em um lugar é fundamental para a sua preservação, pois representam vínculos de pertencimento a localidade, por isso é um importante aspecto a ser considerado em decisões de intervenções.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, E. **O Espaço da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ECO, U. **A estrutura ausente**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2003.

_____. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FEIBER, S. D. **O papel do patrimônio histórico na construção do lugar: a Igreja Nossa Senhora de Fátima em Cascavel – PR**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <
http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25735/Dissertacao_Silmara_Dias_Feiber_2007_Complet%20%20a.pdf?sequence=1 > Acesso em: 30/09/2017.

_____. **O Lugar: Vivências e Significados**. Cascavel: Assoeste, 2008.

FLORÊNCIO, S. R. R; BEZZERA, J. I. M; CLEROT, P; CAVALCANTE, I. M. P; SILVA, J. de S; LONG, L. KROHN, E. C. R; SILVA, A. P; MEDEIROS, M. da G; DUTRA, M. V. de M. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília, IPHAN, 2016.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.



GHIRARDELLO, N; SPISSO, B. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru: Canal 6, 2008.

GUZZO, A. C. P. **A importância do estudo do patrimônio para o resgate da memória**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2512-8.pdf>> Acesso em: 18/10/2016.

IPHAN. **O IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872> > Acesso em: 31 de outubro de 2016.

JOHN, N. M. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural**. XI Encontro Estadual de História, 2012. Disponível em: < http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaincluirnosanaiseletronicosdoXIEncontroEstadualdeHistoria.pdf > Acesso em: 01/10/2017.

JOLY, M. **Introdução à análise da Imagem**. Lisboa: 70ª ed. 2007. Disponível em: < <https://flankus.files.wordpress.com/2009/12/introducao-a-analise-da-imagem-martine-joly.pdf>> Acesso em: 27/01/2017.

TORELLY, L. P. P. **Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural**. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.5, n.2, jul/dez. 2012.

VARAS, I. G. **Conservación de Bienes Culturales: teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1999.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, São Paulo, 2009.

LYGIA, M. C. **De museologia, arte e política de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

MELO, D. P. de; MELO, V. P. de. **Uma introdução à semiótica Peirceana**. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br/bitstream/123456789/480/1/Uma%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20semi%C3%B3tica%20peirceana.pdf>> Acesso em: 01/02/2017.

NESBITT, K. Introdução. In: NESBITT, K. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. Trad. V. Pereira. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

NETTO, J. T. C. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

PACHECO, R. de A. **Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143-154, 2010.

PIERCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PIGNATARI, D. **Semiótica da arte e da arquitetura**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2004.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.



WANNER, M.C.A. **Paisagens sígnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas.** Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/296z5/pdf/wanner-9788523208837-03.pdf>> Acesso em: 13/05/2017.